



## Apresentação dossiê: Ativismo digital

Paulo Edgar R. Resende<sup>1</sup>Cássio Brancaleone<sup>2</sup>

O presente dossiê traz resultados de estudos e pesquisas enfocadas na política que ocorre por vias da hiperconectividade digital. As novas tecnologias e as redes sociais online têm oferecido possibilidades inéditas para mobilização de ativistas e difusão de narrativas e projetos políticos. Isso ocorre tanto em prol de direitos, liberdades e bem-estar coletivo, como ao contrário, voltadas para o controle, a repressão e o cerceamento de direitos e liberdades. Se por um lado abriu-se a possibilidade de qualquer pessoa expressar e difundir suas ideias, opiniões e fortalecer suas lutas políticas sem os intermediários do mercado editorial, midiático ou das instituições políticas, por outro, deslocou-se o campo da produção de subjetividade para um território de manipulações algorítmicas controladas por interesses mercadológicos.

A hiperconectividade, em que verificamos sujeitos permanentemente conectados e concentrando a maior parte de seu tempo pessoal em computadores e celulares conectados na internet, fazem com que a exposição a conteúdos de terceiros e o acesso a dados pessoais crie uma economia política em que todos voluntária ou involuntariamente contribuem com a emergência de novas modalidades de exploração e manipulação. A partir de conteúdos acessados, produzidos ou compartilhados pelos usuários,

*“as plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas dos seus clientes. (...) A grande concentração das atenções e do*

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, UAB, Espanha. Professor do programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do curso de graduação em Relações Internacionais e de disciplinas EAD da Universidade Vila Velha – ES. E-mail: pauloedgar.rresende@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do curso de Ciências Sociais e coordenador adjunto do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul - campus Erechim. E-mail: cassiobrancaleone@gmail.com.

*dinheiro dos demais segmentos da economia nas plataformas se dá porque elas conseguem modular as percepções e os comportamentos em escala inimaginável até sua existência” (Da Silveira, p. 35).*

Desta forma, a partir dos algoritmos e dos conteúdos processados, catalogados e seletivamente oferecidos aos sujeitos conectados, as percepções e opiniões são afetadas por empresas interessadas em identificar perfis comportamentais e opinativos de indivíduos, para então fornecê-los informações ou publicidades que possam estar melhor adequadas às suas preferências pessoais. A partir dessas preferências supostamente detectadas pelo controle e manipulação dos metadados individuais de navegação e uso da rede, se produzem as bolhas virtuais em que se reduzem o escopo de acesso ao mundo conectado. Por fragmentar o acesso à informação, se produz uma comunicação truncada e modulada, com o pretexto de melhor servir ao consumidor e superar a concorrência. O efeito disso, segundo Castells (2000, p. 23) é a *“alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, finalmente uma ameaça. Nesse processo, a fragmentação social se propaga, à medida que as identidades tornam-se mais específicas e cada vez mais difíceis de compartilhar”*.

Nesta apropriação do meio digital pelas firmas do capital, o ativismo, principalmente aquele que se pretende anticapitalista ou de resistência à sociedade de controle, encontra algumas contradições importantes que podem minar sua luta. Ora, se o capitalismo tem se reestruturado para se adequar à sociedade da informação, o mesmo caberá aos ativismos políticos e movimentos sociais que pretendem construir outras sociabilidades. Diante de um sistema que tudo vigia e a todos controla a todo momento, a resistência, como sugere Deleuze (1999), apresenta maior perigo ao sistema na ação do vírus e da pirataria, pois escapam às modulações de captura. Nas redes, tudo o que se consome ou se produz está sujeito à captura, seja pelos panópticos ainda existentes que vigiam sem serem notados, seja pelos dispositivos de marketing personalizado que se servem dos dados e metadados de navegações.

O poder das grandes corporações nesse meio digital é descentralizado e difuso e se retroalimenta em rede onde o sujeito voluntariamente se coloca como ativo e passivo. Os indivíduos já não são únicos, tornam-se “divíduos” (Deleuze, 1999), divididos como consumidores de produtos de setores específicos ou consumidores políticos, sujeitos a determinadas informações e conteúdos direcionados. São ainda mais profundamente divididos nas esferas *on-line* e *off-*

*line*, de forma que o comportamento que adotam em uma rede social pode ser completamente distinta daquela praticada na sociabilidade física não digital. De algum modo isso possibilita o protagonismo de *haters* e milícias de linchamentos ou cancelamentos virtuais, que podem lhe alvejar em uma rede social digital ao mesmo tempo que, sem perceberem, sentam ao seu lado no ônibus ou na mesa de um restaurante.

Nesse contexto, a orientação mercadológica e os algoritmos das redes sociais trazem desafios analíticos para a compreensão dos processos de formação de opiniões e de mobilização social, assim como da intensificação de polarizações e antagonismos nas lutas sociais e políticas. Com isso, abre-se também distintas frentes de problematização interdisciplinar, em torno do ativismo, da militância na micro e na macropolítica, das formas de sociabilidade, da alteridade, das afirmações identitárias e performatividades, do etnocentrismo e da intolerância, das relações e redes de poder, das lutas por hegemonia, das buscas por representações e reconhecimentos, do punitivismo, do controle e dos monitoramentos, das estratégias e quadros discursivos, na produção de *fakenews*, e etc.

Entender os efeitos dessas novas sociabilidades digitais requer estudos que dêem conta de muitas variáveis e dimensões, com os quais este dossiê pretende modestamente colaborar, principalmente no campo do ativismo. A era digital tem apresentado novos desafios para compreender as interações sociais, sejam elas individuais ou coletivas. A profusão de estudos que buscam dar conta desse acontecimento atual não pode dar menos importância para o ativismo *online*. Exatamente por mesclar o individual e o coletivo de uma forma nunca verificada no mundo físico o tema merece estudos mais aprofundados. Atua-se coletivamente na medida em que posicionamentos são propagados em série, sem necessariamente haverem se programado para tal, mas reproduzindo os mesmos conteúdos, vídeos, blogs, reportagens sérias ou falsas.

O ativismo digital ainda oferece a possibilidade de uma atuação desprendida das centralizações políticas, econômicas e midiáticas. Qualquer adolescente que edita memes ou faz vídeos no youtube tem condições da noite para o dia de ver suas publicações ou produções serem veiculadas por incontável número de pessoas, sem o intermédio das grandes emissoras de televisão, rádio ou jornal. Na realidade, o intermédio empresarial se faz presente também na internet, pois as publicações viralizadas ou não, dependem de plataformas de divulgação e associação, as redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube, que são controladas por empresas privadas orientadas ao

lucro e cotizadas nas bolsas de valores.

A diferença em relação ao anterior domínio sobre os meios de comunicação tradicionais, é que o controle sobre os conteúdos dessas redes é escasso e terceirizado pelos próprios usuários, que denunciam as postagens que consideram ofensivas ou violadoras de direitos autorais. Da antiga centralização de conteúdos, verifica-se uma ampla difusão e descentralização, da produção e do controle sobre a produção. Essa descentralização não significa que as empresas altamente lucrativas do mercado de redes sociais digitais não estejam elas próprias intervindo na produção e circulação de conteúdos. Seus algoritmos captam e processam as preferências, os hábitos, os valores e formas de pensar dos usuários, capacitando-as a filtrar e direcionar o fluxo de postagens e de propagandas entre os usuários.

Para os ativistas, a forma de divulgação, filtragem e circulação de postagens apresentam a possibilidade de aglutinar para o usuário receptor aquelas que melhor coincidem com suas opiniões políticas, detectadas a partir das postagens que curtem, páginas que seguem, temas que buscam, etc. Para os ativistas interessados em divulgar suas narrativas, pode ser vantajoso que suas mensagens estejam sendo direcionadas para aqueles já aptos a aprovar, aceitar e reencaminhá-las a terceiros. Por outro lado, as bolhas também criam fechados circuitos ideológicos que não favorecem o debate, o intercâmbio de ideias ou a expansão de propostas políticas para além do campo que essas já encontrem receptividade. Ainda assim, as redes sociais digitais apresentam vantagens para ativistas engajados na mobilização de protestos e outras táticas de contestação, devido principalmente à velocidade com que conseguem fazer circular suas mensagens de convocação a elevado número de pessoas.

Na contribuição para o debate que este dossiê apresenta, Milena Martins e Moema Guedes discutem o singular caso das feministas evangélicas no Facebook. No contrassenso dos agonismos que se fazem possível diante de tantos antagonismos identitários, as redes sociais colaboram para o encontro de singularidades afins, potencializando-as em improváveis alianças. Nessa mesma esteira do ativismo que busca o encontro de afinidades facilitado pelas redes digitais, Marcelo Castañeda discute a plataforma de petições *Avaaz* em seus processos de produção e disseminação de reivindicações sociais. A noção de contra-poder é utilizada pelo autor para avaliar a potência política do mecanismo cuja comunidade envolvida reúne dezenas de milhões de participantes. Patrícia Pavesi e Júlio Valentim discutem os sentimentos escondidos por trás da letra fria de *hashtags* e avatares, intercambiados eletronicamente por via de bytes e

algoritmos nas redes sociais digitais, a partir do acontecimento gerado com o assassinato da vereadora Marielle Franco. As comoções provocadas, a favor e contra, demonstram a importância política do evento que após dois anos ainda não teve todos os detalhes do crime desvendados. De todo modo, já se sabe que os assassinos estão envolvidos com a mesma milícia do Rio de Janeiro que possui conexões com o Presidente da República e seu filho Flávio Bolsonaro. No campo das narrativas do ativismo digital hodierno, explicitando que não há monopólio progressista da militância, Pablo Rosa, Aknaton Souza e Giovane Camargo desenvolvem uma cibercartografia daqueles que os autores denominam novíssimas direitas. Amparados em discursos e narrativas raivosas e táticas de produção de antagonismos nas redes sociais, esses militantes se utilizam amplamente de memes, *fake news*, teorias conspiratórias e linchamentos virtuais para desmoralizar aqueles que praticam ou defendem o que denominam “ideologia de gênero”. Já na entrevista de Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia e Rodrigo Nunes, que traduzimos para este dossiê, a discussão sobre o ativismo digital retorna ao campo progressista, aproveitando a experiência internacional de pesquisa-ação dos autores e a explosão de ativismos por vias digitais dos últimos anos. Os autores avaliam as oportunidades e os desafios da grande expansão de conexões do ciberativismo, diferenciando-o do ativismo anterior, e discutindo o papel da leitura e do pensamento nas mobilizações e estratégias de ação.

#### Referências

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “A noção de modulação e os sistemas algorítmicos”. DA SILVEIRA et al (orgs). **A Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Hedra, 2018.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008.